



Circular nº 2/2011

20 de Janeiro de 2011

Assunto: Código Contributivo para 2011

Caro Associado,

A entrada em vigor do novo código contributivo vem alterar de forma significativa as obrigações e direitos da Segurança Social com efeitos a 1 de Janeiro de 2011.

Abaixo detalhamos os pontos que desenvolvem estas alterações.

1. Deveres

As entidades empregadoras são obrigadas a:

1.1. Comunicar aos serviços da segurança social

1.1.1. A admissão de novos trabalhadores, por qualquer meio escrito ou on-line.

- Nas **24 horas anteriores** ao início de produção de efeitos do contrato de trabalho
- Durante as 24 horas seguintes ao início da actividade, quando por razões excepcionais (fundamentadas) a comunicação não possa ser feita naquele prazo apenas para o Contratos de muito curta duração ou o Prestação de trabalho por turnos
- Com indicação do Número de Identificação da Segurança Social (NISS) se o houver e da modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo ou sem termo, a tempo parcial.

Incumprimento da não comunicação de admissão

Se a entidade empregadora **não comunicar a admissão** de novos trabalhadores:

- Presume-se que o trabalhador iniciou a prestação de trabalho no 1.º dia do 6.º mês anterior ao da verificação do incumprimento
- Fica sujeito à aplicação de uma contra-ordenação.
- Leve, quando seja cumprida nas 24 horas subsequentes ao termo do prazo, e
- Grave, nas restantes situações.

1.1.2. A cessação, suspensão e respectivo motivo e alteração da modalidade de contrato de trabalho, até ao dia 10 do mês seguinte ao da sua ocorrência em www.seg-social.pt que,

nos casos de pessoas singulares com apenas um trabalhador ao serviço, pode ser feito em formulário próprio.

Se a entidade empregadora não prestar estas informações:

- Fica sujeito à aplicação de uma contra-ordenação leve
- Nos casos de cessação de actividade presume-se a existência da relação laboral, pelo que se mantém a obrigação do pagamento de contribuições.

1.1.3. A alteração de elementos de identificação, o início, a suspensão ou a cessação da sua actividade.

O incumprimento desta obrigação determina a aplicação de uma contra ordenação leve.

Sempre que os elementos não possam ser obtidos oficiosamente ou suscitem dúvidas, as entidades empregadoras são notificadas para os apresentarem no prazo de 10 dias úteis.

1.2. Entregar uma declaração aos trabalhadores, ou cópia da comunicação de declaração de admissão, onde conste o seu número de identificação de segurança social (NISS) e o número de identificação fiscal (NIF), bem como a data da admissão do trabalhador.

2. Declaração de remunerações de segurança social

As entidades contribuintes são obrigadas a declarar à segurança social, em relação a cada um dos trabalhadores ao seu serviço, o valor da remuneração que constitui a base de incidência contributiva, os tempos de trabalho que lhe corresponde e a taxa contributiva aplicável **até ao dia 10 do mês seguinte àquele a que diga respeito.**

Anteriormente o limite de entrega de declaração de remunerações era o dia 15 do mês seguinte.

3. Pagamento da Segurança social

O pagamento das contribuições e das quotizações é mensal e **é efectuado do dia 10 até ao dia 20 do mês seguinte** àquele a que as contribuições e as quotizações dizem respeito.

Anteriormente o limite de pagamento era o dia 15 do mês seguinte.

4. Delimitação da Base de Incidência Contributiva

4.1 Para efeitos de delimitação da base de incidência contributiva consideram –se remunerações as prestações pecuniárias ou em espécie que nos termos do contrato de

trabalho, das normas que o regem ou dos usos são devidas pelas entidades empregadoras aos trabalhadores como contrapartida do seu trabalho.

4.2 Integram a base de incidência contributiva, designadamente, as seguintes prestações:

- Remuneração base, em dinheiro ou em espécie;
- Diuturnidades e outros valores fixados em função da antiguidade;
- Comissões, bónus e outras prestações de natureza análoga;
- Prémios de rendimento, produtividade, assiduidade, cobrança, condução, economia e outros análogos com carácter regular;
- Remuneração pela prestação de trabalho suplementar;
- Remuneração por trabalho nocturno;
- Remuneração correspondente ao período de férias;
- Subsídios de Natal, de férias, de Páscoa e outros de natureza análoga;
- Subsídios por penosidade, perigo ou outras condições especiais de prestação de trabalho;
- Subsídios de compensação por isenção de horário de trabalho ou situações equiparadas;
- Subsídios de refeição atribuídos em dinheiro ou em títulos; (1)
- Subsídios de residência, de renda de casa e outros de natureza análoga, com carácter regular;
- Valores devidos a título de despesas a de representação pré-determinados e dos quais não tenham sido prestadas contas até ao fim do exercício; (2) Novo
- Gratificações devidas por contrato, ainda que condicionadas aos bons serviços do trabalhador e as de carácter de regular;
- Ajudas de custo, abonos de viagem, despesas de transporte e outras equivalentes; (1) e (2) Novo
- Abonos para falhas; (1) e (2) Novo
- Despesas resultantes da utilização pessoal pelo trabalhador de viatura automóvel, que gere encargos para a entidade empregadora; (2) Novo
- Despesas de transporte, suportadas pela entidade empregadora para custear as deslocações em benefício dos trabalhadores, desde que estas não resultem da utilização de transporte disponibilizado pela entidade empregadora ou excedam o valor do passe social ou a utilização de transportes colectivos; (2) Novo

- Retribuições a cujo recebimento os trabalhadores não tenham direito em consequência de sanção disciplinar; (1)
- Compensação por cessação do contrato de trabalho por acordo apenas nas situações com direito a prestações de desemprego; (1) e (2) Novo
- Importâncias auferidas pela utilização de automóvel próprio em serviço da entidade empregadora; (1) e (2) Novo
- E ainda, todas as prestações em dinheiro ou em espécie atribuídas ao trabalhador, directa ou indirectamente como contrapartida da prestação do trabalho, com carácter regular (a sua atribuição constitui direito do trabalhador por se encontrar preestabelecida segundo critérios de objectividade e por forma a que este possa contar com o seu recebimento, independentemente da frequência da concessão).

(1) Prestações sujeitas a incidência contributiva, nos termos previstos no Código do Imposto sobre os Rendimentos de Pessoas

Singulares – IRS

(2) Em 2011 só é considerado 33% do valor

Não integram a base de incidência contributiva:

- Valores compensatórios pela não concessão de férias ou de dias de folga;
- Importâncias atribuídas a título de complemento de prestações do regime geral de segurança social;
- Subsídios concedidos a trabalhadores para compensação de encargos familiares (frequência de creches, jardins-de-infância, estabelecimentos de educação, lares de idosos e outros serviços ou estabelecimentos de apoio social);
- Subsídios eventuais para pagamento de despesas com assistência médica e medicamentosa do trabalhador e seus familiares;
- Subsídios de férias, de Natal e outros análogos relativos a bases de incidência convencionais;
- Valores das refeições tomadas pelos trabalhadores em refeitórios das respectivas entidades empregadoras;
- Indemnização devida por força de declaração judicial da ilicitude do despedimento;



- Compensação por cessação do contrato de trabalho por despedimento colectivo, extinção do posto de trabalho, não concessão de aviso prévio, caducidade e resolução por parte do trabalhador);
- Indemnização por cessação, antes de findo o prazo convencional, do contrato de trabalho a prazo;
- Descontos concedidos aos trabalhadores na aquisição de acções da própria entidade empregadora ou de sociedades dos grupos empresariais da entidade empregadora

5. Trabalhadores em Regime de Acumulação

5.1 Âmbito Pessoal

São abrangidos pelo **Regime Geral**, com algumas especificidades, os Trabalhadores que acumulem trabalho por conta de outrem com **actividade profissional independente** para a mesma empresa ou para empresa do mesmo Grupo Empresarial.

5.2 Base de Incidência Contributiva

A base de incidência contributiva referente à **actividade profissional independente** corresponde ao **montante ilíquido dos honorários**(3) devidos pelo seu exercício.

(3) Esses valores devem constar da mesma Declaração de Remunerações mensal.

5.3 Taxa Contributiva

A taxa contributiva relativa aos Trabalhadores atrás referidos, é exactamente a **mesma que for aplicada ao respectivo contrato de trabalho** por conta de outrem.

Com os melhores cumprimentos,

A DIRECÇÃO da APIRAC